

[Novos] Desafios ao Património Cultural e [à] sua preservação

Reflexos de luz e sombra em tempos de pandemia

Sónia Filipe | Reitoria da Universidade de Coimbra

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
[...]*

*O tempo é a minha matéria, do tempo presente,
os homens presentes a vida presente.*

“Mãos dadas”, in *Sentimento do Mundo* (Carlos Drummond de Andrade, 2012)

2020 ficará para os anais da História como um ano inaudito. Data redonda, das que permanecem no ouvido e captam a atenção, vinte-vinte perspectivava-se como um ano de grande atividade, bafejado pela fortuna. Muito estava destinado a ser celebrado e concretizado, também no setor cultural.

2020 chegou, e com ele trouxe um conjunto de circunstâncias que desafiaram a forma como vivemos e interagimos com a realidade que nos rodeia, quer como indivíduos, quer, de forma muito expressiva, como comunidade e sociedade, num mundo global. A paragem forçada e repentina, a incerteza, a (des)informação, algum [justificado] desalento perante o desconhecido, tomaram conta dos nossos dias. Sentimos que o presente foi colocado em suspenso, ao mesmo tempo que nos vimos obrigados a encetar um [imprescindível] processo de autoanálise e reflexão, que nos permitiu desenhar, ou começar a desenhar, a necessária programação de formas de reinvenção que permitam dar resposta, qualificada e portadora de futuro, aos desafios colocados pela realidade atual, tantas vezes distópica.

Se é verdade que este panorama se apresenta transversal a todos os setores da atividade humana, não podemos deixar de constatar que no setor da Cultura, incluindo os aspetos relacionados com a preservação e fruição do Património Cultural, os efeitos se fizeram sentir de forma muito expressiva e necessitaremos de tempo para ultrapassar a realidade que hoje nos é dada viver.

Chegámos a 2020 carregando ainda os escombros do Museu Nacional do Rio de Janeiro, excecional lugar de memória da História Natural da América Latina, e do património comum luso-brasileiro, cujo incêndio e derrocada levaram consigo parte expressiva “de um acervo histórico e científico insubstituível”. Lamentámos as perdas irreparáveis e procurámos refletir sobre as

estratégias de gestão e salvaguarda em curso que, então, não permitiram cumprir os compromissos assumidos. Assistimos, comovidos, ao afincamento e espírito de missão com que as equipas de investigadores participaram no processo de limpeza e remoção dos escombros do museu, permitindo a recuperação de grande parte do crânio de Luzia, testemunho de entre os primeiros da presença do Homem nas Américas, restituindo alguma esperança e libertando alguma da sensação de orfandade que o anúncio da sua perda tinha produzido.

Ainda não totalmente refeitos deste infortúnio, sentimos como nossas as cinzas de Notre-Dame, olhando, incrédulos, para o cenário de destruição pelo fogo daquele que é um dos nossos referenciais de Memória. A catedral, e a nossa memória com ela, ardiam sem aviso prévio perante a incredulidade da Europa, e do mundo. Assistimos a este momento incrédulos, reagindo de forma emotiva, como se de coisa nossa se tratasse. Como sempre deve ser quando estamos perante a nossa herança e legado comuns. O processo de reconstrução, e os modelos ensaiados para a mesma, permitiram lançar o [sempre útil e necessário] debate dos limites e estratégias a adotar no que respeita à Reabilitação e Restauro do Património. Aparentemente, nem Notre-Dame passou incólume ao fenómeno de aumento expressivo de roubo e tráfico de obras de arte e artefactos culturais durante o período da pandemia, fenómeno global que tem levado os organismos internacionais a reforçar os sistemas de alerta e a desenvolver programas de sensibilização para o combate ao roubo e tráfico ilícito de antiguidades (como, a título de exemplo, o projeto ATHAR).

Poderíamos continuar a elencar desafios e dificuldades colocadas ao Património Cultural e sua preservação, aditando exemplos e desafios nacionais que precedem o ano de 2020. Deixamos de fora, a título de exemplo, a urgente reflexão que importa manter acerca das tensões existentes entre as formas de visita globalmente adotadas – turismo

“

**Qual é aquela que,
por força da nossa
atividade profissional,
associativa, académica,
estamos já a procurar
imprimir nas decisões que
quotidianamente temos
de operar no domínio da
salvaguarda patrimonial?**

”

massificado –, e a preservação dos espaços patrimoniais que se visitam. Que estratégias de mitigação das tensões existentes podem e devem ser implementadas? Como garantir a fruição sustentável do Património, não deixando de potenciar o seu valor económico e social, refletindo seriamente sobre o diagnóstico e propostas de ação recentemente reportados (Gonçalves; Carvalho e Tavares, 2020).

Não é possível ir além do breve apontamento acerca dos riscos que uma diminuição da ação de acompanhamento de proximidade e fiscalização da atividade de reabilitação do parque edificado português (por parte das entidades de Tutela do mesmo) trouxe para a implementação de ações e estratégias danosas para o património em presença, por parte de alguns promotores, um pouco por todo o país. Abate-se sobre o programa geral de reabilitação de edifícios em núcleos urbanos antigos – particularmente sobre aqueles que constituem exemplo de técnicas, méto-

dos e materiais tradicionais do domínio da arquitetura vernacular – a adoção generalizada de um conjunto de opções que promovem o desaparecimento deste património (quer na sua vertente física, quer na vertente imaterial [com o perigo do desaparecimento do saber fazer associado]) que urge travar, repensando os modelos admitidos no conceito de “reabilitação” (que, tantas vezes, não são mais do que fachadismo e perda irreversível de sistemas e modos de construir e ocupar o espaço urbano e periurbano).

Há muito que os desafios colocados às questões do Património são permanentes, plurais e complexos. O caminho que nos conduziu a 2020, à omnipresente *companhia* do SARS-COV2, à realidade pandémica e a um [permanente] clima de incerteza, também no setor cultural, vinha já sendo acompanhado de sinais de alerta e necessidade de ação e combate para os diferentes riscos identificados. Estes riscos, de ordem física e/ou concetual, agravaram-se em 2020.

Não podemos, no entanto, deixar de considerar que, a par dos riscos associados a esta crise pandémica, ou por ela potenciados, existe uma inegável vantagem em encarar este tempo como embrião e oportunidade de mudança. Como possibilidade de construção de uma estratégia mais concertada e sustentável para os desafios do tempo presente. Como aponta Drummond “*O tempo é a minha [nossa] matéria, do tempo presente, os homens presentes /a vida presente*”. O passado nunca regressa igual, e o futuro será em boa medida, aquilo que ousarmos sonhar.

Impõe-se, por isso, refletir sobre quais poderão ser, então, as oportunidades colocadas ao Património Cultural que a pandemia proporcionou. Qual é a paisagem pós-pandémica que queremos construir para o Património Cultural? Qual é aquela que, por força da nossa atividade profissional, associativa, académica, estamos já a procurar imprimir nas decisões que quotidianamente temos de operar no domínio da salvaguarda patrimonial?



Entendemos que este período nos pode ter concedido a oportunidade para o reencontro com o *genius loci* que habita [ainda] cada lugar de memória. Para promover formas distintas e de maior proximidade a utilizadores desencontrados com os seus locais-memória, como o público jovem (mesmo que, num aparente paradoxo, maioritariamente por recurso a estratégias de comunicação em plataformas digitais).



Grande parte dos monumentos e espaços museológicos fecharam em 2020. Todos reduziram a sua atividade presencial de forma muito significativa. Esta pausa repentina no uso dos espaços permitiu, ou poderá ter permitido, a oportunidade de refletir sobre o estado atual do nosso património cultural. Esta circunstância foi global e abrangeu o património em todas as suas escalas e área de atuação.

No que concerne ao património edificado, seja ele de cariz monumental ou não monumental, os riscos e desafios têm sido imensos, mas o mesmo se pode dizer no que respeita às oportunidades surgidas: no campo dos estudos sobre os edifícios e espaços; na investigação sobre as formas de construir e ocupar um dado território; no diagnóstico do estado de preservação dos espaços e definição de um fundamental plano de manutenção física; no desacelerar da pressão efetuada sobre alguns espaços, claramente em sobrecarga pelo número de visitantes que diariamente lhe acediam...

As questões relacionadas com a gestão, os modelos de governança, a criação de recomendações sobre modos e formas de reabilitar edifícios e núcleos edificados, a valorização e melhoria de boas práticas públicas no âmbito da cidadania participativa, poderão ter conhecido neste período oportunidade para reflexão e consolidação de práticas que a todos beneficiariam.

A paragem forçada que fomos obrigados a viver em simultâneo pode ter-se constituído também como um amplo espaço de oportunidades e possibilidades para a redefinição dos ritmos e modos de operar e intervir sobre o património cultural. Muito dos estudos e propostas em curso puderam ser repensados, redesenhados, reajustados, permitindo o [desejado] desenho de uma nova arquitetura para este sistema operativo, que promova, de forma eficaz e cabal, a necessária salvaguarda e valorização patrimoniais.

Os processos de definição e programação das estratégias de intervenção no património, mormente no parque edificado, constituem-se como importantes momentos de reflexão sobre um dado edifício, sua história, evolução e preexistências, proporcionando sempre uma janela de oportunidade para a sua eficaz salvaguarda patrimonial. Esta pode, ou não, ser devidamente aproveitada e depende de um conjunto de fatores, nem sempre fáceis de articular. Encontrar as melhores estratégias e procedimentos, que garantam a manutenção da integridade e autenticidade dos espaços a intervir, preservando os diferentes traços da sua história longa e complexa, é desafio robusto, que carece de múltiplos olhares, disciplinas e saberes – qualificados e atentos –, empenhados na procura das melhores soluções técnicas e que operem em conjunto desde a conceção – execução à divulgação dos resultados.

Para que seja instrumento eficaz ao serviço da intervenção em património é fundamental o olhar combinado e qualificado do arquiteto e do engenheiro (devidamente habilitados a trabalhar sobre construções antigas), a par do olhar do arqueólogo, do historiador e do historiador de arte, do conservador-restaurador, dos especialistas em arqueociências, e de tantos outros especialistas que, em conjunto, agreguem o conhecimento que as diferentes valências geram (Filipe, 2020). Seria desejável que a desaceleração das intervenções criada pela pandemia, de duração indeterminada, pudesse permitir a introdução, a uma maior escala, de intervenções norteadas por estes princípios, e cuja aplicação não se concretize apenas em monumentos classificados de reconhecida monumentalidade.

Entendemos que este período nos pode ter concedido a oportunidade para o reencontro com o *genius loci* que habita [ainda] cada lugar de memória. Para promover formas distintas e de maior proximidade a utilizadores desencontrados com os seus locais-memória, como o público jovem (mesmo que, num aparente paradoxo, maioritariamente por recurso a estratégias de comunicação em plataformas digitais).

Este reencontro não se deseja similar ao relatado por Calvino na sua breve descrição de Maurília, essa cidade na qual os viajantes eram encorajados a visitar ao mesmo tempo

que se deparavam com velhos postais ilustrados, que representavam uma imagem cristalizada do seu passado, não reconhecendo sequer qualquer encontro ou continuidade entre o espaço percorrido e a memória ilustrada (Calvino, 2015). Não se recomenda nem deseja a preferência pela cidade dos postais à cidade presente, como desejado pelos *maurilienses*, mas antes a descoberta a apropriação de uma realidade viva e atuante, cuja memória importa testemunhar, porque é condição de futuro.

Como afirma Guilherme d'Oliveira Martins "esperar, considerar e recordar são componentes de qualquer atitude humana. E assim herança e memória têm de ser consideradas pelo valor que contêm, devendo ser defendidas e preservadas em ligação direta com a vida. Não faz sentido encarar a memória como uma realidade congelada ou paralisada no tempo. [...] Para defender, proteger ou preservar um testemunho arqueológico ou um monumento, temos de considerar o valor histórico e patrimonial, mas também a relação que a sociedade tem com esse elemento." (Martins, 2020: 26).

Em síntese, se o campo das dificuldades é imenso no que respeita às consequências da realidade pandémica com que terminamos o ano de 2020, é também verdade que este período não foi isento de oportunidades:

· **ao nível de estudos e diagnóstico que estimulem a pluridisciplinaridade na programação das intervenções nos edifícios e espaços públicos;**

· **na possibilidade de reflexão e implementação de uma estratégia concertada na avaliação e redução de risco para o Património;**

· **na definição de protocolos de monitorização dos espaços; na definição e programação de planos plurianuais de ação e intervenção em espaços patrimoniais (promovendo as ações de manutenção e conservação ordinárias e atrasando a necessidade de implementação de intervenções de conservação e reabilitação extraordinárias);**

· **no desenvolvimento de projetos e estudos de investigação complementar sobre os espaços, com a colaboração da Academia;**

· **para a mediação cultural e a comunicação do Património (com a disseminação de novos palcos para as iniciativas culturais – com a ressalva de que nem todas as oportunidades neste campo são “apenas” do domínio da comunicação digital).**

Ambicioso? Utópico? Afastado da realidade? É bem possível que assim seja. Mas possível. Desejável. Materializável, em igual

medida. E perfeitamente a tempo de ser concretizável, uma vez que 2021 não apresenta, para já, uma realidade diferente da vivida. Assim se assuma este desígnio coletivo.

Desconhecemos ainda as cicatrizes que a pandemia deixará no panorama cultural. Não podemos ignorar que serão amplas e significativas.

Vivemos (n)um momento de espanto. Procuramos persistir no caminho da teimosa esperança que nos leva, como a João Sem Medo, a saltar o muro. Lemos o aviso “É proibida a entrada a quem não andar espantado de existir” (Ferreira, 2013:10). Avançamos, com espanto e tudo ■

BIBLIOGRAFIA

Andrade, Carlos Drummond de (2012), *Sentimento do mundo*. Companhia das Letras. São Paulo.

Calvino, Italo (2015), *As Cidades Invisíveis*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

Ferreira, José Gomes (2013), *Aventuras de João Sem Medo: panfleto mágico em forma de romance*. Leya, 7.ª edição, Lisboa.

Filipe, Sónia (2020), “Património[s] da UC: Conhecer o passado. Construir o futuro”, *Rua Larga. Ousadia(s)*. Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra, número 54, março de 2020, p. 104-107. Coimbra.

Gonçalves, Catarina V.; Carvalho, José Maria L. e Tavares, José (2020), *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*. Fundação Millennium BCP.

Martins, Guilherme d'Oliveira (2020), *Património cultural – Realidade viva*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.